

Economia de guerra

• O Governo não entendeu a gravidade da crise. Só uma economia de guerra evitará o pior. O presidente dá sinais ambíguos. O gasto de pessoal aumentou R\$ 5 bilhões num ano. A folha militar aumentou 24%. O déficit público atingirá níveis explosivos, mas o secretário Martus Tavares comemora: "a inflação vai aumentar a arrecadação". O presidente do Banco do Brasil quer estabilizar pelo crescimento e avisa que tem R\$ 30 bilhões para emprestar.

O presidente Fernando Henrique erra ao achar que é possível neste momento reduzir as dores da recessão e agradar seus adversários.

As desvalorizações da Ásia e do México produziram recessões fortes. "Por que deveríamos esperar que o Brasil tivesse uma performance melhor?", pergunta-se o analista do banco Salomon Smith Barney, no relatório pessimista que fez sobre o Brasil esta semana.

Ninguém defende a recessão por sadismo ou perversidade. Mas quando ela é consequência de decisões de política econômica, ou efeito colateral de ajustes necessários, tentar fugir dela é pior.

Foi isto que nos ensinou o ano de 79, quando o país fugiu do ajuste trocando Mário Henrique Simonsen por Delfim Netto. Terminou numa recessão e crise mais prolongada do que teria.

Este é o momento de aprofundar os cortes. Pelo simples motivo de que ficou mais caro. A desvalorização piorou a situação fiscal em três frentes.

Primeiro, o custo da dívida em dólar; segundo, os juros estão maiores do que os projetados no acordo com o FMI. E esse é o único instrumento que o Banco Central tem em mãos para conter a escalada do dólar; terceiro, a recessão vai reduzir a arrecadação.

O Salomon calculou quanto significa cada um dos itens em termos de aumento do déficit. Concluiu que o rombo pode bater em 11% do PIB.

Voltar a usar a esdrúxula medida do déficit operacional (que retira da conta a correção cambial e monetária dos títulos públicos) equivale a tirar o sofá da sala.

Diante de um quadro de perda aguda de credibilidade do Governo; de perda de confiança na capacidade do Tesouro de honrar suas dívidas; do aumento do déficit público; do risco de volta da inflação, não há mágica possível. Nem anestesia. Ou o Governo faz outro, e mais profundo, corte de gastos, ou vai confirmar os mais assustadores cenários.

Em momentos decisivos como este, em que se joga o destino de uma geração, o Governo acerta quando reconhece a dimensão do problema. E o diagnóstico correto é de que não há possibilidade de crescer neste momento. Apenas porque ampliar gastos, manter uma política monetária expansionista, fornecer créditos subsidiados é o caminho mais curto para o colapso.

O Governo precisa unificar sua linguagem. Não basta fazer almoço de apoio ao ministro Pedro Malan. Os sinais ambíguos que têm sido emitidos pelo Governo só servem para alimentar as especulações.

E fundamental ter um plano de ação que reconheça ser este um momento emergencial. Só uma escalada fiscal poderá encurtar o período de sofrimento.

mento e construir as bases para a retomada.

Não haverá crescimento este ano. Reduzir os juros agora é contratar descontrole da inflação.

O momento é perigoso demais para que um alto funcionário como Martus Tavares comemore a volta do imposto inflacionário. É grave demais para que o presidente do Banco do Brasil Andrea Calabi afirme que a hora é de voltar a crescer.

Ainda é possível cortar gastos. E duas pessoas em postos totalmente diferentes mostraram isto.

A secretária Cláudia Costin resolveu fazer uma análise aleatória em 100 contracheque. Descobriu que em 31 deles o salário pago era maior do que o determinado pela lei. Criou parâmetros e a folha passou a ser feita no computador. O sistema calcula automaticamente os salários. Só na administração direta, esta medida simples representou uma economia de R\$ 119 milhões por mês, ou R\$ 1,5 bilhão por ano.

O deputado Fernando Gabeira debruçou-se sobre a aridez do Orçamento e encontrou várias casos de despesas indefensáveis.

— Para que gastar R\$ 134 milhões com a Inbel, uma fábrica de armas que será privatizada? Para que dar R\$ 25 milhões para uma empresa como Angra I que vende sua energia? Estamos subvencionando uma empresa com dinheiro do orçamento? Por que dar R\$ 424 milhões para Angra II? Como é possível dar R\$ 24 milhões para Angra III, que nem começou a ser construída? — pergunta-se o deputado coberto de razão.

Houve até uma coisa esquisita. A Comissão de Ciência e Tecnologia propôs uma emenda dando mais R\$ 20 milhões para base de foguetes de Alcântara. E a própria Aeronáutica disse que o dinheiro não era necessário. A emenda caiu, felizmente, conta o deputado.

O Governo alega que está cortando no osso, mas uma olhada nos gastos mostra o oposto. Os gastos salariais dos militares aumentaram em 24% de 97 para 98. É bom lembrar que os militares foram poupanados do aumento da contribuição previdenciária de ativos e inativos. A despesa do Judiciário, sempre o recordista em gastança, aumentou 51% no ano passado.

Apenas as folhas de pessoal civil do executivo, e do pessoal do Legislativo registraram aumentos pequenos.

Está na hora de o Governo aumentar a eficiência dos gastos. Programas sociais realmente destinados aos pobres são mais baratos.

Há muito o que pode ser feito. Há muito a ser corrigido. Mas o fundamental seria o Governo entender que há uma emergência no país. E só uma economia de guerra pode evitar o pior.

• **FÁBIO AKIRA** e Fábio Fukuda, consultores da Tendências, informam: o sushi que pedem no escritório todas as

semanas aumentou de R\$ 12 para R\$ 20.